

**“LEITURA DE MUNDO” E “ESCOLARIZAÇÃO”: APONTAMENTOS DE UMA PESQUISA
SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS A RESPEITO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS**

FRASSETTO, Antônio César
MENDES, Filipe Talon
ALMEIDA, Priscila Bonfochi de
NETO, Humberto Perinelli
IBILCE/UNESP

O ensino de alunos com necessidades educativas *especiais*, bem como daqueles considerados *normais* é um direito assegurado em nossa Lei Maior, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse trabalho objetiva refletir fundamentos éticos e teóricos da Inclusão Escolar, nos casos considerados críticos pela escola: psicóticos, autistas, deficientes mentais, e crianças e adolescentes em medidas judiciais sócio-educativas, uma vez que se trata de pessoas que denegam um valor fundamental à escolarização: a racionalidade disciplinar. Procuramos, portanto, contestar uma concepção pedagógica utilitarista e meritória ao apostar na defesa de uma aprendizagem de leitura apoiada mais sobre questionamentos pré ou extra-escolares, ligados à descoberta de problemas relacionados à compreensão de mundo, ou da ordem de seus objetos. Trata-se, assim, de atentar para a capacidade do sujeito de sua *leitura de mundo*, não para uma aprendizagem institucional, que se apresenta no processo de escolarização. Nesse intento, a pesquisa contou com a leitura de textos dos “Anais do 3º colóquio do LEPSI”, e discussões dos textos envolvendo a temática estudada, amparando-se em bibliografia pertinente, especialmente as que versam sobre letramento, inclusão escolar, política pública, legislação escolar e crianças com necessidades educativas especiais. Entendemos que a institucionalização da diferença entre *normal* e *especial*, desencoraja, por trabalhar em termos exclusivos de *capacidade* e *não-capacidade*, a socialização dos protagonistas da inclusão escolar, impedindo-os de atuarem (terem voz) no mundo em que vivem, em proveito de uma compreensão de sujeito fundamentalmente ligada a questões moral/filantrópico. Particularmente em relação à língua materna, notamos nos estudos sobre educação no Brasil o uso de conceitos difusos e geralmente arcaicos a respeito do alunado e do conhecimento lingüístico da disciplina lecionada, enquanto que o professor responsável pelo ensino dessa disciplina deveria desenvolver formas semióticas de expressão e comunicação, desvalorizando normalizações excessivas e arbitrárias.